



12 de maio de 2020

**Somos contra a fraude e, para preservar o princípio da democracia operária, defendemos o adiamento do processo eleitoral!**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) / e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

*Direção majoritária mantém a eleição em plena pandemia.*

*Eleições sem campanha nas escolas escancara o conteúdo antidemocrático deste processo, que só servirá para perpetuar a chapa situacionista.*

*Defender o princípio da democracia operária é defender o sindicato, que é a ferramenta de luta dos trabalhadores, contra a deformação burocrática de sua direção majoritária!*

## **COMBATER A FRAUDE ELEITORAL!**

### **Que os trabalhadores votem nulo ou se abstenham de votar!**

Com as crises econômica e sanitária, os governos e a burguesia vêm despejando inúmeros ataques sobre os trabalhadores e juventude oprimida. O funcionalismo público e a Educação, em particular, têm sido alvo de sucessivos golpes, fazendo avançar a precarização, a privatização e o obscurantismo. A política burguesa de resposta à pandemia colocou milhões em quarentena. E qual foi a resposta das direções das centrais, sindicatos (o SINPEEM, incluído), entidades estudantis e movimentos? Capitularam vergonhosamente, fazendo prevalecer o pior dos mundos para os explorados: fragmentados, individualizados, dissolvidos e temerosos, não puderam se defender, com as reivindicações e os métodos próprios de luta.

Nós, da Corrente Proletária na Educação (POR), integramos a Unidade da Oposição (UO), embora tenhamos nos retirado da construção da chapa nesse ano, devido a divergências de método. No momento em que decidimos não compor, a posição da UO ainda era por participar do processo eleitoral, seguindo com a campanha pelo adiamento das eleições, para que o processo fosse retomado após o retorno às aulas e o debate democrático com a base fosse garantido nas escolas. No entanto, diante da imposição da manutenção do processo eleitoral pela burocracia, a UO mudou de posição e, junto a mais duas chapas, se retiraram oficialmente do pleito, realizando um

ato simbólico, somente com os representantes legais das chapas, na sede do sindicato – estivemos presentes também, acompanhando o processo.

Sendo assim, restaram apenas duas chapas: a do Cláudio Fonseca (Compromisso e Luta) e a do PCO. A permanência da chapa do PCO presta um grande serviço ao setor majoritário (Fonseca), legitimando a eleição fraudulenta.

Vale lembrar que o processo eleitoral, em si, já era antidemocrático. Há algum tempo, a burocracia do sindicato implantou a votação virtual. A eleição on-line amplia o distanciamento do sindicato em relação aos trabalhadores da base, despolitizando o processo eleitoral de renovação de sua direção. Uma eleição presencial obriga as chapas concorrentes a discutir seus programas e princípios durante a campanha diretamente com os maiores interessados, que são os professores, funcionários e gestores de escola. Obriga a fazer um balanço da atuação da direção do sindicato na defesa das reivindicações, na organização da luta coletiva para enfrentar o governo etc. E, também, as posições das chapas oposicionistas.

Nesse sentido, é evidente que uma burocracia que vive como parasita, há décadas sem pegar um giz, sem pisar num pátio repleto de crianças e adolescentes, isto é, que tem o sindicato como profissão – como é o caso de muitos que compõem a chapa do Cláudio, além dele mesmo – não tem a mesma

autoridade política para visitar as escolas e fazer campanha, se comparada à vanguarda, que está verdadeiramente vinculada à classe, vivendo os seus problemas no cotidiano e participando ativamente das greves e mobilizações coletivas.

Só quem sai perdendo numa eleição virtual é quem não tem o controle sobre a máquina sindical; sai perdendo quem só tem como recurso para fazer campanha o escasso tempo para percorrer as escolas e conversar com os trabalhadores, nos intervalos e horários de JEIF (recurso que, ademais, se encontra inviabilizado pela quarentena); enfim, só perde quem depende desse vínculo com a classe.

Na eleição on-line, é beneficiada a chapa que pode enviar material de campanha pela mala direta, que possui o e-mail/contato de todos os associados, que possui todas as demais facilidades determinadas pelo controle do aparato – esse é o caso da chapa do Cláudio.

Agora, o fundamental é que essa situação de desequilíbrio foi intensamente aprofundada, devido ao fechamento das escolas. É um descaramento total realizar as eleições num quadro como esse. As chapas não puderam ser montadas com base numa discussão programática ampla e aberta, como a Unidade da Oposição fez, corretamente, em 2017. Para compreender melhor o que acabamos de afirmar, vale utilizar o raciocínio inverso: se a chapa não é formada a partir do debate coletivo em torno do programa, como se forma? Só pode ser pela arregimentação despolitizada, pelo caudilhismo (em que um líder dita tudo verticalmente, a exemplo do Cláudio) ou pela reprodução dos agrupamentos organizados. A participação da base é anulada. O mesmo se dá com a campanha: como fazer uma eleição verdadeiramente democrática sem debate na base?

Nada disso importa para o setor majoritário: formação democrática das chapas, campanha ampla desde a base e eleição enraizada nos locais de trabalho, tudo isso é dispensável, de acordo com a decisão monocrática do presidente Fonseca. Para este, só importa o que determina a Justiça burguesa. Já divulgou duas notas, nas quais se percebia um certo tom de desespero, em que justificava a manutenção do processo eleitoral pela suposta “ilegalidade” que o adiamento provocaria. O interessante nisso é que a própria burocracia sindical acabou desmascarando a encenação do Cláudio entregando à Comissão Eleitoral um pedido de adiamento das eleições, fato

que se deu há cerca de um mês. O gracejo serviu só para posar de preocupado com a vida dos trabalhadores, em função da pandemia.

Afastada essa cortina de fumaça, sobrou a realidade, com contornos bem definidos: o Cláudio manterá a eleição on-line a todo custo, contando com o auxílio do oportunista PCO, em detrimento dos interesses da categoria. A fraude está montada. Fonseca quer se livrar logo desse “empecilho”, para poder iniciar despreocupado a sua campanha para reeleição ao cargo de vereador. Tem em vista, inclusive, os prazos de desincompatibilização, determinados pelo regimento das eleições burguesas. Poderá, desse modo, garantir mais três anos à cabeça do SINPEEM, podendo fazer os acordos que forem necessários com a base do governo tucano, do prefeito Bruno Covas, da qual já faz parte.

Está aí, sem floreios, o aparelhismo da Chapa 1: trata-se do sindicato, que é o instrumento de luta dos trabalhadores, sendo colocado em segundo plano diante do interesse político particular do atual presidente; trata-se da categoria sendo usada como ferramenta para catapultar uma candidatura do partido burguês Cidadania; em outras palavras, trata-se da submissão da nossa categoria aos interesses eleitorais de uma fração capitalista, diante da disputa pela composição do Estado burguês, mais especificamente, da Câmara de Vereadores, a qual é, sabidamente, uma cova de ladrões que age permanentemente contra os interesses dos oprimidos.

*Por essas razões, a Corrente Proletária na Educação (POR) defende que os trabalhadores não legitimem a farsa eleitoral montada por Cláudio Fonseca e sua Chapa. Chamamos a base a boicotar o processo eleitoral, votando nulo ou simplesmente não votando em chapa alguma. Defendemos o boicote ativo, que implica rechaçar o teatro armado contra a categoria, manifestando essa indignação publicamente. É preciso dizer em alto e bom som: nós, trabalhadores, somos contra a fraude e, para preservar o princípio da democracia operária, defendemos o adiamento do processo eleitoral! Que os trabalhadores, por meio de uma assembleia, decidam sobre um novo calendário!*

Por eleições democráticas, presenciais (nada de voto on-line!) e somente após o retorno das atividades, de maneira que as chapas possam fazer as suas Convenções e que as campanhas possam se realizar com o debate politizado junto à base!